

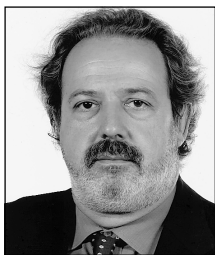
Durão Barroso: a presidência portuguesa será apenas intercalar



O Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso, considerou que a presidência portuguesa da União Europeia “*será sobretudo uma presidência intercalar. Não quero com isto minimizar a importância da presidência portuguesa. Bem pelo contrário, acrescentou. Cabe-lhe dar passos em frente para que os dossiers estejam suficientemente maduros de modo a poderem ser encerrados até ao fim do ano. Sem o impulso da presidência portuguesa e sem o impulso de todos os Estados Membros, não haverá condições para que se conclua esses dossiers, esperemos, durante a próxima presidência*”.

Durão Barroso foi o orador convidado pelo Grupo do PPE para falar da **presidência portuguesa**, nas Jornadas de Estudo, recentemente realizadas em Paris.

texto na pág. 2



Pacheco Pereira sobre a Cimeira de Lisboa

Após a intervenção de António Guterres no Plenário do Parlamento Europeu sobre a Cimeira de Lisboa, o Deputado José Pacheco Pereira formulou as seguintes perguntas:

(...)

*A primeira tem a ver com o mais sério problema político que se nos pôs nos últimos tempos, o problema da Áustria: o senhor Presidente do Conselho Europeu **representa aqui 14 ou 15 países da União** ? E tem todo o sentido fazer esta pergunta na medida em que, sendo Presidente em exercício da União Europeia, funcionou e actuou como porta-voz de decisões bilaterais entre Estados.*

(...)

*Penso que é muito grave, no plano institucional, que se caminhe no sentido de substituir as decisões colegiais a que o Tratado obriga na União Europeia, por decisões bilaterais entre Governos. Não estou a discutir o fundo da questão austríaca, **estou a discutir o grave precedente** que se pode criar se se substitui a colegialidade que os Tratados impõem por decisões bilaterais, hoje contra um país, amanhã contra outro ou outros países.*

(...)

*A segunda questão aborda a questão da **Cimeira do Emprego**. Era minha convicção que a Cimeira do Emprego tinha como intenção original combater os problemas de desemprego na Europa... Ninguém mais do que todos nós compreende o papel vital que tem a Internet, que tem a economia digital e a economia do conhecimento, mas não eram essas as intenções originais da Cimeira do Emprego. Não se está a substituir **uma incapacidade de actuar contra os problemas de desemprego do presente** por aquilo que é, em grande parte e até hoje, uma retórica sobre os problemas do emprego do futuro... ?*

Portugal viola Rede Natura 2000

Intervenção de Jorge Moreira da Silva pág. 4

Ano Europeu das Línguas:

Aprovado Relatório de Vasco Graça Moura pág. 4

Agricultura açoreana em Bruxelas

Iniciativa de Carlos Costa Neves pág. 5

O PSD disse:

Intervenções de José Pacheco Pereira, Vasco Graça Moura, Carlos Coelho, Jorge Moreira da Silva e Carlos Costa Neves págs. 6 e 7

Durão Barroso em Paris nas Jornadas de Estudo do PPE

No início da sua intervenção, Durão Barroso começou por relembrar alguns aspectos do passado: "Portugal exerceu pela primeira vez a presidência da União Europeia, no 1º semestre de 1992, era então um governo do PSD, que estava em funções em Lisboa.

Era também a primeira vez que Portugal tinha a responsabilidade de presidir ao Conselho de Ministros da União Europeia. A presidência portuguesa era olhada com alguma apreensão. E a verdade é que Portugal exerceu essa presidência, em 1992, com aplauso geral. Teve alguns assuntos bastante difíceis entre mãos. Recordo que tratámos, por exemplo, da ajuda aos países da ex-União Soviética. Foi um período conturbado da União Europeia. Tivemos também que enfrentar a crise na ex-Iugoslávia.

Houve do ponto de vista interno alguns progressos, como seja, a **conclusão da Reforma da Política Agrícola Comum**. Na altura era Ministro da Agricultura o nosso amigo e agora membro deste grupo, **Arlindo Cunha**. A presidência portuguesa deu um contributo importante, em 1992, para o progresso do nosso projecto europeu.

Vejamos como tem vindo a decorrer a actual presidência portuguesa até agora:

- Deu-se início, a 14 de Fevereiro, à Conferência Intergovernamental, como previsto.
- Iniciaram-se as negociações de adesão com Malta, Roménia, Eslováquia, Letónia, Lituânia e Bulgária, ou seja, com os seis países que ficou decidido incluir nas negociações na Cimeira de Helsínquia.
- Deram-se também os primeiros passos para a implementação prática de uma política externa e de segurança comum, nomeadamente através das conclusões da reunião informal dos Ministros da Defesa, em Sintra, no passado dia 28 de Fevereiro.
- Deu-se também continuidade aos processos de S. José e do Rio, respectivamente com os países da América Central e do Grupo do Rio, através das reuniões ministeriais de Vilamoura, também em Fevereiro.
- Tem-se procurado também, até agora sem êxito, lançar o processo do Millenium Round, após o fracasso da Conferência Ministerial de Seattle. Julgo que este projecto não deve ser abandonado e que é do interesse da União Europeia uma Organização Mundial do Comércio forte.
- A 3 e 4 de Abril, no Cairo, após muitas dificuldades, pode agora confirmar-se, em princípio, a realização da primeira Cimeira União Europeia - África, que era um objectivo que Portugal há muito tempo prosseguia.

Sobre a **Cimeira do Emprego e Inovação** (que teve lugar em Lisboa, nos passados dias 23 e 24 de Março) Durão Barroso, afirmou que "a presidência portuguesa apresenta este, como o principal momento da sua presidência.

O tema é certamente importante e da maior relevância para a Europa, mas importa que não se trate apenas de uma daquelas conferências que transmite determinado sinal político. Que o emprego é importante, todos concordamos, que a Europa deve pensar nos termos da sua competitividade global, nomeadamente em face dos Estados Unidos, todos estamos de acordo, mas interessa que as conclusões desta Cimeira não sejam meramente retóricas.

Impõe-se dar prioridade ao objectivo de construirmos uma Europa mais competitiva à escala mundial, mas haverá que garantir as condições objectivas para o alcançar. Não chega, como está no documento de estratégia para a Cimeira, definir para os próximos dez anos uma taxa de crescimento anual sustentada de 3% para o conjunto da União Europeia.

Devíamos incluir neste objectivo o reforço da política da coesão económica e social, pilar básico da construção europeia e que deve continuar a ser um pilar no futuro.

Estamos preocupados com o facto do desemprego assumir quase exclusivamente o centro das atenções em matéria das políticas sociais, esquecendo-se aquilo que é um princípio constitutivo da União Europeia, após Maastricht: o princípio da **coesão económica e social**. Este princípio não se esgota no objectivo do emprego. Antes penetra todo um conjunto mais vasto de políticas e **seria útil que a presidência portuguesa não o esquecesse durante este exercício**.

É vital que a União Europeia se abra definitivamente às novas tecnologias, criando novos empregos como tem vindo a acontecer no mercado norte americano. Espero, pois, que o Conselho Europeu de Lisboa vá para além dos meros jogos de palavras. As opiniões públicas não vivem apenas com sinais. Precisam de ver concretizadas decisões de política que permitam à Europa realmente competir num mundo mais vasto.

Como se vê os **desafios que se colocam à presidência portuguesa são, em larga medida, objectivos que derivam de presidências anteriores**. Temos o lançamento da CIG, a concluir até ao fim do ano de 2000, como tinha sido decidido em Helsínquia. Temos a abertura das negociações de alargamento com os seis países do segundo grupo e a continuidade das negociações com os países do primeiro grupo. Temos também de pôr de pé, com órgãos próprios, uma verdadeira Política Externa e de Segurança Comum, a concretizar através da constituição de uma força de intervenção rápida de 50 a 60 mil homens até 2003 e devemos também prosseguir os trabalhos para concluir até ao fim do ano, ou seja, até ao fim da presidência francesa, a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais.

Dados estes grandes objectivos fixados em Helsínquia, que são objectivos na sua maioria a concluir até ao fim do ano, a verdade é que **a presidência portuguesa será sobretudo uma presidência intercalar**.

Uma Nova Cooperação

por Teresa Almeida Garrett

Se há uma primeira razão incontornável para intervir politicamente é, sem dúvida, a **luta contra a pobreza**.

Indesculpavelmente a pobreza subsiste e alastra no mundo e à nossa porta. **Precisamos de nos sentir incomodados** porque não são apenas números frios das estatísticas ou imagens chocantes e recorrentes dos telejornais que, às vezes, nos passam pelos olhos. Temos de saber que a pobreza aumentou em _ dos países do mundo; é forçoso afligirmo-nos com o número cada vez maior de crianças que nunca serão adultos de um amanhã; é obrigatório perguntar o porquê do falhanço das ajudas concedidas em prol do desenvolvimento dos países mais pobres do planeta; é urgente experimentar novas e mais exigentes formas de cooperação e de relacionamento entre países ricos e países pobres.

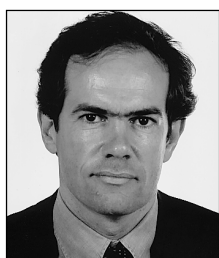
Vem isto a propósito da **Assembleia Parlamentar paritária ACP-UE**, que reuniu em Abuja, na Nigéria, em fins de Março e onde estiveram presentes deputados membros da Delegação ACP e da Comissão de Desenvolvimento e Cooperação

do Parlamento Europeu e representantes de 71 países de África, Caraíbas e Pacífico.



Um novo acordo está pronto para ser assinado proximamente nas ilhas Fidji, substituindo a velha Convenção de Lomé e alterando a estratégia da cooperação que vinha sendo experimentada. **Às questões puramente económicas juntam-se**, agora, como condições prévias da nova parceria, **objectivos políticos de respeito dos direitos humanos**, da **luta contra a corrupção**, da indispensável **autonomia** e participação das populações na vida económica e política das respectivas comunidades.

A Europa aparece agora apostada em sustentar a **integração dos países mais pobres do mundo na economia global**, ajudando à criação das condições mínimas de funcionamento e eficácia de mercados regionais e interregionais. Já não basta pescar, é preciso ajudar a aprender as novas técnicas da pesca e potenciar mercados, junto à porta de cada um, onde vender o peixe...



Sérgio Marques na Nova Zelândia

O Deputado do PSD no Parlamento Europeu, Sérgio Marques, deslocou-se à Nova Zelândia, nos passados dias 17 a 24 de Março.

Sérgio Marques, membro da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com a Austrália e Nova Zelândia, participou no 9º Encontro Interparlamentar União Europeia / Nova Zelândia, que teve lugar em Wellington.

Antes do início do programa oficial da deslocação, o Deputado madeirense teve um encontro com a comunidade portuguesa em Auckland.

A delegação do Parlamento Europeu, para além das sessões de trabalho com os membros do Parlamento da Nova Zelândia, foi recebida pelo

Presidente do Parlamento, vários membros do Governo e personalidades ligadas aos meios económicos e sociais.

A delegação reuniu também com os Embaixadores dos países membros da União Europeia.



Já pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE

Jorge Moreira da Silva denuncia violações da Rede "Natura 2000"



Jorge Moreira da Silva pediu a intervenção urgente da Comissão Europeia contra a construção de um empreendimento turístico na zona do Abano, no Parque Sintra-Cascais.

Para o deputado social democrata, que participou num debate, no Plenário do Parlamento Europeu, sobre o impacto dos fundos estruturais na Rede Natura 2000, "são demasiados os projectos e programas financiados pela União Europeia que não cumprem os objectivos de desenvolvimento sustentável e de preservação da natureza que os Tratados e os Regulamentos exigem".

Jorge Moreira da Silva afirma que «Portugal é, nesta matéria, um exemplo gritante: não só não existe uma lista definitiva dos sítios protegidos de importância comunitária integrantes da rede Natura 2000, que a Comissão Europeia aguarda desde 1995, como não existe, como era obrigatório, qualquer plano, regras, ou mecanismos de gestão e protecção para os sítios já seleccionados.

Isto é, os sítios portugueses que neste momento já fazem parte da rede Natura 2000, estão totalmente à mercê de grupos económicos e de construtores civis sem escrúpulos, por falta de instrumentos que garantam a sua protecção.

O caso mais gritante, acrescenta, é o do Parque Sintra-Cascais: a zona do Abano, no Guincho, sítio integrante da selecção portuguesa para a rede Natura, será alvo de um grande empreendimento turístico, realizado por uma empresa privada que contou, neste processo, com a inacreditável cumplicidade da Câmara Municipal de Cascais e com o imobilismo do Governo Português.

Este empreendimento terá, de acordo com os especialistas, consequências dramáticas para as espécies – em particular de flora – aí existentes».

Dada a gravidade da situação, Jorge Moreira da Silva «solicita a intervenção urgente da Comissão Europeia e afirma que em Portugal não são só os privados que desrespeitam, face à passividade do poder político, a Rede Natura 2000. É o próprio Estado que, neste momento, se prepara para, através dos seus Ministérios ou de organismos que tutela, realizar projectos, alguns deles financiados pelos Fundos Estruturais, em sítios classificados ou a classificar pela União Europeia como integrantes da rede Natura 2000».

Como, «infelizmente, o que se passa em Portugal não é um caso único – é apenas um bom exemplo», Jorge Moreira da Silva espera «que a Comissão Europeia, fazendo uso da sua autoridade legal, não aprove qualquer financiamento do III Quadro Comunitário de Apoio enquanto os Estados-Membros não enviarem as listas completas dos sítios, dos planos e das regras de gestão relativos à Rede Natura 2000».

Comissão da Cultura aprova Relatório Graça Moura sobre o Ano Europeu das Línguas

A Comissão da Cultura do Parlamento Europeu aprovou o Relatório do Deputado Vasco Graça Moura sobre o projecto de resolução legislativa da Comissão Europeia relativa à criação do Ano Europeu das Línguas.

Graça Moura considera que o "Ano Europeu das Línguas pode, sem dúvida, contribuir para tornar mais estreitos e fecundos os contactos entre os cidadãos da União. Trata-se, portanto, de uma iniciativa muito importante que é preciso saudar como tal".

As críticas de Graça Moura incidiram sobre "a omissão no projecto de qualquer referência de fundo ao domínio da cultura, existindo apenas uma alusão muito breve aos intercâmbios interculturais".

O Deputado entende que "é absolutamente indispensável que o projecto seja também orientado por uma forte referência à importância de que as línguas se revestem na civilização e na cultura da Europa, independentemente dos aspectos quantitativos que levam em consideração as populações que as falam".

Para Graça Moura "um programa cujo objectivo é estimular todos os cidadãos da Europa a adquirir competências suficientes noutras línguas além da sua não pode deixar de colocar uma tónica muito acentuada nestes aspectos, tanto mais que isso se verifica para uma gama de situações que se estende do simples prazer subjectivo à discussão de negócios e aos benefícios económicos que o conhecimento das línguas pode representar".



Vasco Graça Moura recorda ainda "que a primeira condição para o domínio de uma língua estrangeira é um bom conhecimento da língua materna, o que equivale a exigir que o projecto consagre alguns parágrafos da sua exposição de motivos e alguns artigos do seu texto a salientar a importância deste facto e a prever um reforço das acções que contribuem para uma maior consolidação deste princípio essencial na consciência do público-alvo".

Este Relatório será debatido e votado na próxima Sessão Plenária.

A convite de Costa Neves dirigentes da agricultura açoreana em Bruxelas

Uma delegação de **dirigentes agrícolas açoreanos**, integrando dirigentes de associações agrícolas, de jovens agricultores e da Federação Agrícola dos Açores, **deslocou-se a Bruxelas a convite do Deputado Carlos Costa Neves**.

A delegação teve reuniões sucessivas com o Presidente do Grupo Interserviços DOM, PTOM, Açores, Madeira, Canárias, Ceuta e Melilla da Comissão Europeia, Sr. Giuseppe Ciavarini Azzi, que se fez acompanhar pela técnica da Direcção Geral da Agricultura que segue as questões açoreanas, com o representante da CAP em Bruxelas, Dr. Paulo Osório, com o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, Sr. Joseph Daul e com os Deputados **Carlos Costa Neves, Arlindo Cunha**, Paulo Casaca(PS) e **Carlos Coelho**.

Entre as questões abordadas, destacam-se as medidas específicas para os Açores, nomeadamente no domínio da Política Agrícola Comum e, em ligação com estas medidas, **o processo de revisão do POSEIMA**, em todas as suas vertentes, tendo a representante da Comissão identificado prazos para a revisão, referido sistematicamente o enquadramento e limitações orçamentais, e sublinhado a necessidade de acompanhar de perto toda a evolução do processo de revisão.

Na reunião com o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, Sr. Joseph Daul, *“foi feita a análise das condições de **produção de leite nos Açores**, associada à questão dos limites impostos pela quota já muito provavelmente ultrapassada”*.

Sobre esta questão, o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura sublinhou que *“independentemente da solução política que possa ser dada à questão da quota dos Açores, considera a **discussão do futuro das quotas em geral como uma das mais importantes questões em curso na União Europeia, no âmbito da agricultura, a par do impacto do alargamento, e que, dada a sua importância, não poderá deixar de ser reflectida por todos os agricultores atendendo às consequências decorrentes de qualquer decisão”***.

A concluir, o Deputado Costa Neves, tendo em conta as preocupações manifestadas pelos agricultores açoreanos e as posições assumidas pelos vários interlocutores durante os trabalhos, sublinhou *“a **importância da revisão do POSEIMA, a necessidade de seguimento permanente de todo o processo, o papel insubstituível dos agricultores no acompanhamento das propostas em discussão no domínio da Agricultura”***.

Sobre a questão da quota do leite, Costa Neves considerou que *“a sua importância ultrapassa o domínio da agricultura, já que se trata da principal produção dos*



*Açores e, como tal, não poderá deixar de ter rápida e eficaz solução, considerando até o que determina o artigo do **Tratado da União Europeia relativo às Regiões Ultraperiféricas”**.*

A delegação foi ainda recebida no Gabinete do Comissário responsável pela Agricultura, Franz Fischler, teve reuniões com representantes da CONFAGRI e das Associações Agrícolas Europeias (COPA/COGECA) e reuniu com funcionários da Representação de Portugal junto da União Europeia.



Quota de leite: Arlindo Cunha quer saber se Governo português tomou alguma iniciativa

Em pergunta dirigida à Comissão Europeia, o Deputado do PSD Arlindo Cunha quer saber *“se o **Governo português tomou alguma iniciativa junto dos serviços competentes da Comissão, no sentido de negociar um aumento da quota portuguesa”**.*

Arlindo Cunha afirma que *“a recolha de leite de vaca em Portugal tem vindo a registar aumentos muito vincados, em particular durante 1999. Estes aumentos de produção encontram expressão máxima em determinados polos regionais, designadamente na Região Autónoma dos Açores.*

Para o Deputado social democrata *“**não deixa, pois, de ser estranho que o Governo português não tenha procurado resolver o problema no quadro das negociações da reforma da PAC da Agenda 2000, tal como fizeram outros países, visto que nessa altura já existiam indicações suficientes de que Portugal tinha um problema grave com a sua quota leiteira”**.*

Arlindo Cunha refere um **comunicado**, de 13 de Março último, do Gabinete do **Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar**, em que o Governo afirma que *“solicitou à Comissão da UE, nos termos do nº2 do artigo 299 do Tratado da União, no quadro do tratamento a dar às regiões ultraperiféricas, um aumento da quota para a Região Autónoma dos Açores em 125.000 toneladas, sem prejudicar a quota nacional actualmente detida por Portugal”*.



Angola: Pacheco Pereira espera reacção de Guterres

O vice-Presidente do Parlamento Europeu, José Pacheco Pereira, considerou *“inadmissível o facto de um Governo como o de Angola, que conduz há muitos anos um processo de guerra civil no território e que é internacionalmente acusado por várias organizações de ser um Governo com práticas corruptas, se permita atacar a liberdade de intervenção de um Deputado do Parlamento Europeu que justamente criticava a violação de direitos humanos em Angola”*.

Para Pacheco Pereira *“seria bom que o Conselho, cujo presidente nestas circunstâncias é o Primeiro-Ministro português, respondesse com igual vigor às críticas que foram feitas a um Deputado português do Parlamento Europeu e não se mantivesse na posição dúbia que tem mantido em relação à ofensa que o Governo angolano fez a esse Deputado, assim como às instituições da União Europeia”*.



Brasil: Graça Moura interroga a Comissão sobre o 5º Centenário

Em conjunto com o Deputado espanhol Pedro Aparicio Sanchez, o Deputado Vasco Graça Moura, em nome da Comissão da Cultura do Parlamento Europeu, questionou a Comissão Europeia *“sobre as medidas que esta tomou para comemorar o 5º centenário do descobrimento do Brasil e do nascimento de Carlos V”*.

Graça Moura recorda que *“decorre este ano o 5º centenário do descobrimento do Brasil pelo português Pedro Álvares Cabral e que esta efeméride não interessa apenas a Portugal e ao Brasil, mas também à Europa e a toda a História da Humanidade. Tem um sentido e alcance universais: foi a primeira viagem por mar a unir quatro continentes, uma vez que Cabral, saído de Lisboa, tocou em Cabo Verde, chegou ao Brasil e prosseguiu a sua viagem para a Índia”*.

O Deputado português lembra ainda que esta viagem *“teve lugar nos albores do período das grandes viagens marítimas europeias que transformaram os oceanos em traços de união entre os continentes do nosso planeta e está na origem da formação de um dos países mais importantes do Novo Mundo, independente desde*

1822, que se tornou, ao mesmo tempo, uma projecção da civilização europeia, um lugar de contínua mestiçagem humana e cultural e uma grande encruzilhada, hoje democrática, de raças e civilizações, em que 150 milhões de habitantes falam a língua portuguesa que é a sua única língua nacional, sendo também uma das línguas oficiais da União Europeia”.



Carlos Coelho defende Política Comum de Asilo e Migração

Carlos Coelho, que participou na discussão em Plenário do relatório sobre a política de asilo e migração da União, afirmou que *«cada vez maior número de pessoas procura melhores oportunidades ou protecção através da migração: para escapar à guerra, perseguição, pobreza, desemprego ou violações de Direitos Humanos. Sabemos que há um aumento dos movimentos migratórios ilegais, na maior parte dos casos, geridos por redes criminosas que frequentemente criam situações de exploração e de violação de direitos humanos»*.

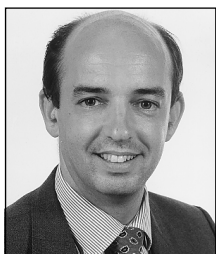
Carlos Coelho afirma-se partidário *«de uma abordagem global, em que deverão ter-se em conta o apoio à democratização e à promoção do Estado de Direito, o apoio à prevenção de conflitos e à reconciliação, o respeito pelos Direitos do Homem e o desenvolvimento dentro dos países e das regiões de origem e de trânsito: luta contra a pobreza, melhoria das condições de vida e das possibilidades de emprego”*.

O Deputado social democrata defende que *«devem ser levadas a cabo campanhas de informação, em estreita cooperação com os países de origem e de trânsito, sobre as possibilidades reais de emigração legal (tentando assim travar o problema na sua origem)»*.

Carlos Coelho defende o *«reforço da luta contra a emigração clandestina, a garantia da protecção dos direitos das vítimas de redes criminosas, e a intensificação dos esforços de prevenção de todas as formas de tráfico de seres humanos, reservando uma atenção particular à situação dos direitos das mulheres e das crianças; e a detecção e desmantelamento das redes criminosas envolvidas nestas actividades»*.

«Em resumo, concluiu Carlos Coelho, concordamos com uma política europeia comum em matéria de asilo e migração assente em 4 pilares:

- *uma parceria com os países de origem*
- *um regime de asilo europeu comum*
- *um tratamento equitativo para os provenientes de países terceiros*
- *uma gestão mais eficaz dos fluxos migratórios»*.



Carlos Coelho sobre a Cimeira do "Emprego"

Carlos Coelho referindo a mudança do objecto da Cimeira, agora vocacionada para as novas tecnologias, sublinhou:

1° O Défice pragmático.

O documento proposto pela Comissão Europeia está cheio de ideias gerais e intenções que merecem o nosso aplauso mas é fraco em medidas concretas e acções consequentes. Não quero acreditar que as conclusões do Conselho se limitem a esse registo. Nesta matéria, como noutras, o que precisamos não é de mais declarações pomposas e discursos bonitos mas de medidas e decisões que permitam diminuir o fosso que nos separa dos Estados Unidos.

2° O Défice democrático

Importa combater a divisão entre os que têm acesso à Net, às novas tecnologias e aos benefícios da sociedade da informação e os que deles são privados ou por razões económicas ou por insuficiência de informação e educação tecnológica.

As apostas no sistema educativo e nas estruturas de transporte de telecomunicações que tornem mais barato, mais rápido e mais potente o acesso à Net são prioridades que devem ser colocadas na primeira linha das nossas preocupações colectivas.

3° O Défice de investimento

Não se pode deixar apenas ao mercado a resposta a estes problemas. No sistema de saúde, na administração pública, na relação entre os Estados e o cidadão, na generalidade dos serviços públicos muito pode ser feito e deve ser feito para fazer a Europa dar o salto qualitativo cuja necessidade todos reconhecemos".



Costa Neves sobre o Orçamento para 2001: "tem que haver novos financiamentos"

Carlos Costa Neves, defendeu que "a novas necessidades têm de corresponder novos financiamentos, exigindo-se sempre a rigorosa utilização dos fundos".

Costa Neves, que é o porta-voz (relator sombra) do Grupo do Partido Popular Europeu para o processo orçamental da União Europeia para 2001, usando da palavra no debate sobre as 'Orientações Para o Processo Orçamental 2001', distinguiu as prioridades políticas do Parlamento Europeu nesta matéria:

- "Promover o adequado financiamento das novas políticas introduzidas pelo Tratado da Amesterdão, bem como as políticas por este reforçadas, nos domínios da acção interna e externa.

- Abordar a questão do emprego, na perspectiva da criação de postos de trabalho que, por sua vez, se liga às micro, pequenas e médias empresas, bem como à utilização das novas tecnologias. **Invista-se numa cultura de iniciativa.**

- Reafirmar a necessidade de uma 'contribuição sustentável e plurianual para a assistência financeira à reconstrução do Kosovo e à estabilização da região dos Balcãs', feita no quadro de uma revisão das Perspectivas Financeiras. **Recusa-se tal financiamento à custa de compromissos existentes, seja no âmbito de outras acções externas, seja através de cortes na Política Agrícola Comum.**



Jorge Moreira da Silva apoia restrições à incineração de resíduos

Jorge Moreira da Silva considerou que "a Directiva relativa à Incineração de Resíduos, que será aplicada a partir de 2005, melhora consideravelmente o quadro actual de gestão de resíduos na Europa, promovendo critérios tão importantes como a saúde pública e a defesa dos direitos dos cidadãos".



Jorge Moreira da Silva defendeu que «se esta Directiva entrasse de imediato em vigor, seria praticamente impossível que o Governo Português prosseguisse a sua estratégia de co-incineração. Em todo o caso, sendo uma Directiva que coloca elevadas restrições técnicas, jurídicas e processuais a todos os processos de incineração e co-incineração na Europa, **tornará mais evidente que a estratégia seguida em Portugal é profundamente errada.**».

O Deputado do PSD desejava «que se pudesse ter ido ainda mais longe nas restrições a introduzir para os processos de incineração e de co-incineração, mas sublinhou que esta Directiva, entre outros aspectos:

- Estabelece valores-limite de emissões mais rígidos, nomeadamente de óxidos de carbono e de poeiras.
- Considera, sem margem para dúvidas, que a incineração e a co-incineração só poderão ser utilizadas como um último recurso.
- Define condições muito rígidas ao nível da gestão global de resíduos, da localização e dimensionamento das instalações de incineração e co-incineração.
- Reduz drasticamente a possibilidade de os resíduos resultantes da co-incineração e da incineração poderem ser utilizados, nomeadamente na construção civil.
- Introduce a amostragem contínua de dioxinas como um requisito obrigatório dos processos de incineração e de co-incineração".

Temporais em Moçambique: Arlindo Cunha e Carlos Coelho pedem apoio.

O Parlamento Europeu, em debate de urgência, aprovou recentemente uma resolução (ver excertos nesta página) onde, nomeadamente, se **apela a que os Estados-Membros** da União Europeia, credores de Moçambique, tomem, de imediato, a decisão de **suspender o serviço da dívida deste país e que encarem o perdão total da mesma dívida.**

Os Deputados do PSD Arlindo Cunha e Carlos Coelho pediram, em plenário, apoio para Moçambique.

Arlindo Cunha: Moçambique caso de sucesso

Para Arlindo Cunha *“Moçambique é um jovem país africano que tem feito um esforço ciclópico para recuperar do atraso criado por duas décadas de guerra civil e se adaptar à democracia.*

O caso de sucesso que tem sido Moçambique é o resultado de um esforço que deve ser equitativamente partilhado pelo Governo e pela Oposição, e especialmente pelo povo moçambicano.

Mas todo o esforço que tem sido feito nos últimos cinco anos corre o risco de se perder com a fúria da natureza que se abateu sobre este país”

Carlos Coelho: perdão da dívida

Carlos Coelho defendeu *“o reforço do apoio humanitário, o perdão da dívida para um dos povos mais pobres do Mundo e a realização de uma Conferência Internacional para mobilizar ajuda e apoio.*

Não é apenas a extensão do desastre que todos conhecemos e a sua expressão em número de vítimas mortais, dos desaparecidos, de populações isoladas, de crianças sem nada para comer, de destruição de casas e haveres e do apoio tardio que recebeu da comunidade internacional.

É a circunstância irónica daquele povo africano que após a independência e a guerra teve a capacidade e a inteligência de escolher a paz e a democracia e que quando começa a reconstruir as suas estruturas e prosseguir no seu desenvolvimento depara com uma tragédia natural destas proporções que obriga a, em muitas áreas, recomeçar tudo de novo”.

Resolução sobre Moçambique

O Parlamento Europeu:

- *Apela à Comissão e aos Estados-Membros para **reforçarem o auxílio de emergência** com vista a apoiar as autoridades de Moçambique (sem prejuízo da manutenção dos programas de cooperação e desenvolvimento já em curso):*

- *a dar resposta às necessidades mais urgentes da população, incluindo no plano da **saúde e dos cuidados básicos;***

- *no **fornecimento de sementes,** tendo em conta que a época das sementeiras em Moçambique termina dentro de dois meses e que sem essas sementes a população ficará sem alimentos até ao final do ano;*

- *na fase de **reconstrução,** nomeadamente de habitações, escolas, hospitais, vias de comunicação e reactivação de redes de transporte;*

- *Apoia a realização de uma **conferência internacional** no sentido de mobilizar a indispensável ajuda de emergência a nível internacional e a adopção de medidas no plano económico e financeiro que contribuam para a necessária reconstrução das regiões atingidas e a recuperação da economia moçambicana tão duramente afectada;*

- *Apela a que os Estados-Membros da União Europeia credores de Moçambique tomem, de imediato, a decisão de **suspender o serviço da dívida** deste país e que encarem o **perdão total** da mesma dívida;*

- *Solicita à Comissão e aos Estados-Membros que prestem uma ajuda específica em matéria de **desminagem** e forneçam os especialistas necessários para enquadrar as acções de desminagem, incluindo a formação de pessoal local.*

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551